
UM LUGAR PARA A NATUREZA: PERSPECTIVAS SOBRE A CONQUISTA DA PARAÍBA

Adriel Fontenele Batista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Fontinelli2004@hotmail.com

Segundo as ideias de Dias¹, em um dos mais importantes e elaborados estudos sobre a historiografia clássica da Paraíba e suas implicações políticas e sociais, tal produção se deu sob um conjunto de circunstâncias peculiares de um momento histórico que deixou marcas profundas nessa produção historiográfica e na própria história local. Uma data precisa do nascimento dessa história, segundo a autora, é 12 de outubro de 1905, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

De acordo com tais ideias, a criação do IHGP representou, para homens como Tavares Cavalcante e Irineu Ferreira Pinto, entre outros, a possibilidade de produzir a história oficial da conquista da Paraíba. Uma produção historiográfica que, em grande medida, representava os interesses, as forças da sociedade e as ideias atuantes naquele momento de produção. Assim, para os integrantes do IHGP, se fazia a necessidade e a oportunidade de produzir a história oficial da Paraíba como desvinculada de uma história de Pernambuco, perspectiva que se apresentava até então e desagradava profundamente a esses homens. Mais do que contar uma nova história, a ideia era produzir a única história legítima, a escrita por paraibanos.

Para tal, iniciaram um trabalho de preservação da memória da Paraíba com a catalogação das fontes e imbuída na reconstituição do processo histórico:

O caráter oficioso do IHGP foi que lhe deu, paulatinamente, o status de foco de produção historiográfica, transformando-o em o local de história paraibana. Entre a preocupação de se engrandecer para se legitimar nos momentos de maiores crises, o Instituto Histórico conseguiu cumprir a tarefa a que se propôs: escrever a história Paraíba. Lançou as bases da historiografia paraibana.²

Entretanto, os métodos de organização dessa história oficial e os objetivos políticos do grupo fundador acabaram por marcar profundamente essa história. O passado da Paraíba foi, a partir do IHGP, condensado e interpretado para ser uma lição para o presente e para o futuro; produziu-se, para além de uma história, um *logos* de

compreensão do processo histórico que os levava até ali e que alicerçava a ideia necessária de uma identidade propriamente paraibana. *In loco*, a *paraibaneidade*³ era dada a ler em uma relação harmônica com a nação a partir de sua identificação pontual nos momentos críticos do processo político e histórico do Brasil até aquele momento, explicava o passado na ideia de um destino da Paraíba e, paralelamente, se constituía como identidade autônoma em relação a Pernambuco.

Desse modo, a *paraibaneidade* enquanto identidade própria, caráter do homem daquela terra e característica circunscrita na história do espaço paraibano podia, a partir da perspectiva do IHGP, ser interceptada em todo o processo histórico brasileiro; especificidade inteligível na forma de uma singularidade dessa gente que, *intepida ab origine*, soube agir nesse processo. Contudo, para economia desse ensaio, nos deteremos aqui em algumas ideias desenvolvidas por Dias que relacionam essa identidade paraibana produzida pelo IHGP com os eventos iniciais de conquista da capitania na segunda metade do século XVI.

O principal documento que relata esses primeiros enfrentamentos do processo de conquista é o *Sumário das Armadas*⁴. Debruçada sobre a interpretação dessa origem paraibana, a produção historiográfica ligada ao IHGP encontrou nos relatos da conquista, sobretudo nesse documento, os signos de uma gramática própria da história paraibana e das gentes dessa terra. Nessa leitura dos primeiros enfrentamentos, organizam-se dois eixos explicativos e fundamentais da *paraibaneidade*: a bravura de homens industriais na realidade da guerra de conquista e a propensão natural à paz; destino e essência desse homem *sui generis*.

Assim, a historiografia ligada ao IHGP ou herdeira de sua tradição, ao debruçar-se sobre os primeiros tempos da conquista, produziu uma história da Paraíba que muito mais refletia o momento presente e a posição de seus fundadores diante do cenário político da nação do que o próprio passado. Não interpretou esse passado a partir do que ele poderia ter significado para os homens daquele tempo, antes o inventaram como uma gramática na qual a *paraibaneidade* podia ser lida e servir aos interesses daquela instituição.

Novos olhares sobre a conquista da Paraíba

Fora nos momentos iniciais do IHGP, a historiografia paraibana no trato com a história local muito se debruçou sobre o período da República. Quanto ao período colonial, permaneceu durante algum tempo entevista ou negligenciada por essa produção. Nas palavras de José Pedro Nicodemos: “A colônia foi objeto de estudo antes da República. Hoje é pouco apreciada, tanto quanto o império, que parece não ter existido entre nós”⁵ Contudo - e aqui já reconhecendo uma nova forma de olhar a conquista da Paraíba - durante as comemorações dos 500 anos do descobrimento oficial do Brasil, em 2000, viu-se reunir e debater no conjunto dos eventos realizados - a saber, também em torno do IHGP- historiadores e pesquisas que, direta ou indiretamente trataram do tema da conquista da Paraíba e do período colonial.

Nas discussões ali realizadas e nos estudos apresentados, pode-se perceber uma nova perspectiva dada ao processo de conquista da Paraíba. Perspectiva na qual esse evento é pensado como parte de um movimento que envolve a conquista das capitanias do norte do Brasil colonial e que, em grande medida, reconhece a participação ativa das populações indígenas situadas ou circulantes nestes espaços. Nessa perspectiva tais populações indígenas são dadas a ler dentro da lógica de atuação política e econômica dos reinos ibéricos e de outras nações européias nesses espaços, mas também dentro de suas próprias realidades históricas. Nesse sentido, os traços culturais dos povos indígenas, suas querelas cotidianas, seus interesses na resistência ao outro ou na adesão ao projeto colonizador são elementos de reflexão que, articulados ao tema da conquista, freqüentam a maioria das pesquisas recentes.

Essa nova perspectiva sobre a conquista da Paraíba encontra sua expressão mais espetacular em *Guerras e Açúcares*⁶ de Regina Célia Gonçalves; estudo referência do processo de conquista e estabelecimento social na capitania da Paraíba, e que nos permite um olhar concentrado sobre essa perspectiva historiográfica. Em *Guerras e Açúcares*, a conquista é apresentada em dois momentos efetivos: o primeiro trata dos antecedentes da conquista, negócios envolvendo a extração do pau-brasil, atividade açucareira e a mão-de-obra indígena e sua relação com tais atividades; trata então do conjunto de ações metropolitanas e coloniais: guerras contra os potiguara e estratégias políticas neste espaço que podem ser verificadas desde 1574 até 1585 com o acordo de paz entre a coesão luso-espanhola e os tabajaras. Outra fase, dada a perspectiva nesse

estudo, é a do processo de povoamento que se realiza como “limpeza do terreno” com o massacre dos potiguaras pelos conquistadores e tabajaras aliados no ano de 1625.

A perspectiva econômica na qual Gonçalves intercepta o processo de conquista da Paraíba encontra, na ideia de uma zona de fronteira em franca expansão, a dinâmica das relações de poder e do choque de culturas envolvidas nesse processo histórico. Tal posicionamento, sem dúvida, incorpora importantes elementos ao conhecimento histórico da conquista da Paraíba e se realiza como “ponta de lança” para novas abordagens do tema.

Ao apontar um problema fundamental da historiografia clássica sobre o tema da conquista e da história local e apresentar uma ideia central no seu estudo, Gonçalves considera:

A “paraibaneidade” construída pelo IHGP omite que o negócio é um dos principais elementos da história paraibana. A Paraíba se constitui como área de expansão da fronteira do açúcar já instalado em Pernambuco, e é sua extensão que leva ao conflito com os indígenas. A formulação da “paraibaneidade” centrada na ideia de “pátria autônoma” [...] obscurece a “identidade do negócio” que é a identidade das elites.⁷

É interessante percebermos que, embora ciente de aspectos importantes que foram omitidos ou não considerados pela produção historiográfica do IHGP na interpretação da conquista, este estudo acaba por também omitir ou desconsiderar outros sujeitos dessa história. A “identidade do negócio”, aí dita como “um dos principais elementos da história da Paraíba”, no decorrer da argumentação, enreda toda a trama histórica da conquista e investe um significado forte aos homens e suas ações nesse evento. Em suma, a dinâmica econômica que aí envolve o encontro ou confronto do mundo europeu e do mundo indígena funciona como uma gramática própria na qual os sujeitos podem ser inteligíveis. É incontestável a dinâmica econômica envolvida no processo de conquista da Paraíba e a participação efetiva das populações indígenas presentes nesses espaços, sobretudo na perspectiva desenvolvida por Gonçalves, como sujeitos ativos dessa história e com suas lógicas próprias de ação sobre o mundo. Contudo, segundo entendemos, nenhuma realidade é tão simples, e mesmo o fator econômico do processo de conquista ou a resistência indígena ao avanço teve o mesmo significado para todos os sujeitos envolvidos.

A primeira consideração a se fazer é que o evento de conquista nos chegou através de um documento escrito por missionários jesuítas⁸, portanto encerrado no universo epistêmico e Institucional da Companhia de Jesus. Quanto aos jesuítas no processo de conquista e formação dos espaços coloniais no Brasil, ideias como as Wehling⁹ e as de Porto¹⁰ – que inclusive intercepta a atuação missionária jesuítica em circunstâncias de fronteira no Brasil colonial - já demonstram que estes não são sujeitos à margem da história.

A Companhia de Jesus, podemos dizer que constituiu desde o princípio, um modelo de inovação, atuando a ordem religiosa em todo momento como uma vanguarda especializada. Aplicando princípios que se encontravam já em seus primeiros momentos fundacionais, os jesuítas comparecem no processo geral da evangelização do Brasil e fazem sua irrupção no território da Capitania do Rio Grande, atuando nele como uma verdadeira força de *modernização*. Isto supõe a existência real de umas práticas sociais e de umas práticas discursivas desenvolvidas pela Ordem nesse peculiar espaço colonial¹¹

Para além disso, esse documento foi produzido a mando de Cristovam de Gouveia, então Visitador da Companhia de Jesus no Brasil; segundo Leite¹², entre as atribuições do Visitador no Brasil estava a implantação de uma Constituição da Companhia de Jesus específica para o Brasil¹³, o que nos remete a considerar a produção deste documento como encerrada, *a priori*, em questões referentes a esta Ordem religiosa. Nesse sentido, tal discurso sobre a realidade haveria de ser dado a ler a partir de uma escritura jesuítica, de uma compreensão Institucionalizada do mundo ou ainda como demonstrada por Porto, fundada na singularidade da missão no Novo Mundo, marcada pela tensão entre arcaísmo e modernidade do universo epistêmico da Ordem e pela preocupação da não dissolução do missionário no Outro; tensão gerada da experiência efetiva da ação missionária na fronteira.

Se tomarmos, tal como Gonçalves, o elemento pragmático da narrativa presente no Sumário e seu excesso descritivo dos prodígios da terra como interpretação de uma utilidade da natureza para as atividades açucareiras, só o encontramos no início da narrativa, e descrevendo um estado de coisas anteriores à experiência efetiva da guerra de conquista. No decorrer do tempo, na realidade da guerra e na experiência efetiva com a natureza, nada serve senão ao próprio feito da conquista; feito no qual a Companhia há de ter um lugar honrado.

O pragmatismo, como característica narrativa ligada às pretensões econômicas do período, encontra ainda um problema de credulidade se confrontado com a ideia de um homem português arcaico, preso à tradição e essencialmente pragmático durante os Descobrimentos, tal como demonstrado por SBH¹⁴, ou ainda como instrumento retórico dos relatos de viajante¹⁵. Contudo, é a partir de um olhar sobre as relações políticas e circunstanciais relacionadas à própria Companhia de Jesus no referido período que se pode perceber que o pragmatismo também opera no sentido ser útil à Instituição. Entre as necessidades mais urgentes da Companhia naquele período impera o estabelecimento de um espaço legítimo de atuação na Capitania frente à chegada da Ordem Franciscana – coisa que levará a expulsão dos jesuítas em 1589¹⁶ -, para atenuar os efeitos da forte campanha contra os jesuítas que Gabriel Soares de Sousa empreendia na corte espanhola que, como podemos notar na fala do Padre Jerônimo Machado, não era o único problema: “Enquanto estiver lá aquele Governador¹⁷, não terão os nossos, sossego nem remédio”¹⁸.

[...] achando que os Padres de S. Francisco são os culpados, os concertareis de forma que não haja matéria de escândalo; e se os Padres da Companhia, os despedireis, para não mais tornarem a morar nessa Capitania, e os ditos religiosos de S. Francisco doutrinarão todo o gentio, o que favorecereis em tudo o vos for possível¹⁹

Tal estado de coisas relacionadas à Companhia de Jesus e ao contexto de produção do relato de conquista da Paraíba, segundo se pode constatar, se fez representar na própria descrição da realidade. Em um trecho significativo da necessidade de se fazer presente no evento de conquista, o autor fala: “não faltou para de todo essa empresa do Paraíba ser trabalhosa e honrosa o sangue da Companhia”²⁰ Segundo entendemos, é dentro dessa lógica de compreensão do lugar de fala e do estado de coisas que dão significado ao contexto de produção desse documento que uma representação da conquista da Paraíba parece encontrar uma perspectiva promissora de análise.

Natureza, cena, cenário ou mais um inimigo

Embora o tema da natureza tenha encontrado um significativo avanço na produção historiográfica brasileira nos últimos tempos - destacando entre estes *História &*

Natureza, de Regina Horta Duarte que se enfrenta a própria questão na relação natureza-história - ainda são poucas as pesquisas brasileiras que se enfrentam a esta perspectiva historiográfica. Tal incipiência dessa produção se pode localizar ainda de maneira mais marcante em âmbito regional e local, sobretudo em relação ao período colonial. Na historiografia paraibana, ao tratar dos aspectos geográficos peculiares do espaço da capitania, do clima, das doenças e dos significados desses elementos para a história local; a tendência foi, desde sempre, interceptá-los como componentes de um cenário histórico das ações heróicas, das disputas políticas e ou das necessidades econômicas das Instituições e dos sujeitos “legítimos” dessa história.

Ao analisarmos algumas dessas pesquisas que, de certa forma, se debruçaram sobre uma investigação do espaço da capitania e seu significado para a história local, percebemos que tal descrição do espaço tende a produzir um cenário de realização da história que “realmente importa”. Em *Páginas de História da Paraíba*²¹, por exemplo, o espaço e a descrição do mesmo são dados a ler no sentido de fornecerem uma localização exata²² dos primeiros engenhos de açúcar da capitania, o que subtende sua legítima contribuição para os estudos de história econômica e social, mas pouco interessado nos significados desse espaço e dos elementos que o compunham na própria conquista.

Em *Guerras e Açúcares*, Gonçalves²³ avança sobre este ponto em um olhar mais crítico sobre os elementos que compõem o espaço da conquista. Contudo, embora a autora tenha esboçado uma análise do espaço da capitania, das coisas²⁴ e dos aspectos geográficos, a perspectiva dada a natureza da capitania é a de um cenário passivo dos enfrentamentos entre indígenas e colonos e no qual a dinâmica de avanço da fronteira canavieira ordena a maioria das reflexões. Embora o estudo mencione uma dimensão simbólica que o rio Paraíba haveria assumido na conquista, essa dimensão é aí percebida a partir de sua localização estratégica para, do lado dos portugueses, a ocupação econômica da terra e; do lado dos Potiguara, base natural para defesa, resistência e ofensivas pontuais contra essa expansão portuguesa. Em suma, a dimensão simbólica não ultrapassa a perspectiva de um cenário dos conflitos e dos interesses de ambos os lados.

Nesse mesmo estudo, o pragmatismo das relações com a natureza - inclusive com uma pequena referência ao discurso missionário jesuítico - se faz senhor das explicações

e das representações que se fizeram no século XVI: “E nada mais conhecido pelo homem europeu daquela época do que a necessidade de transformar a natureza”²⁵. Ora, em um dos mais importantes estudos sobre a ideia de natureza de que dispomos, Robert Lenoble²⁶ nos mostrou de maneira contundente como a ideia que os homens do século XVI fizeram da natureza esteve permeada pela liberdade de entregar-se a contemplação e ao animismo. Pensamento que marca uma ruptura em relação a uma lógica medieval e que já se processava desde o final do século XIII. O que o homem conhece na segunda metade do século XVI é a dúvida²⁷ e o encantamento por uma natureza mágica. O pragmatismo envolvido nessa relação é de que essa natureza “serve” aos homens para o bem ou para o mal; em sua materialidade ou como lição que se aprende pela observação e pela experiência efetiva. Transformar essa natureza é coisa que só se verificará no século XVII com as descobertas de Galileu, com o cartesianismo e ao final da polêmica mecanicista sobre os aspectos morais e os tabus envolvidos na elaboração de um novo pensamento sobre a natureza, pensamento no qual o homem se sentirá livre para agir sobre a natureza e transformá-la.

Se na realidade da guerra e embrenhados nas matas, a natureza se fez sentir de maneira negativa aos conquistadores, essa imagem negativa já se processava mesmo antes do primeiro contato com a terra e com o Outro. O autor dá conta das primeiras tentativas conquista e do malogro destas diante das tempestades e da morte pela doença.

Este trecho retirado do Sumário das Armadas é particularmente significativo de nossa argumentação sobre o que representou efetivamente essa natureza para o autor da narrativa de conquista, sobretudo quanto à sensibilidade desses homens em relação ao meio na realidade da guerra:

[...]o Ouvidor Geral andava dando de prazer, depois de ouvir dizer que nunca cuidava que era para alguma coisa e não então, porque na briga o som do arcabuz aviva os espíritos **maz aqui era peleja com os elementos que he guerra mais diferente da dos homens.**²⁸ [grifo nosso]

Dentro da mesma lógica, em dado momento da conquista, segundo a narrativa, quarenta e dois homens adoecem com “estranhas” dores e mal estar. O autor da narrativa identifica a razão: “parece que foram os pecados dos ruins ares daquele negro sitio onde o forte estava por que subitamente naquela noite adoeceram quarenta e duas pessoas com estranhas dores de barriga e camares”²⁹. Em outro trecho, e tratando aí da

realidade da guerra, do medo do inimigo e dos sofrimentos infligidos pelo meio, o narrador diz que seria vergonha descrever o que estes homens dizem e fazem e durante a vigília noturna³⁰.

Segundo se pode verificar, ao longo da narrativa de conquista a natureza é gradativamente representada como um inimigo a mais na guerra e capaz de exercer enorme influência sobre os espíritos e sobre os corpos desses homens. São descrições carregadas de admiração e medo que projetam imagens de uma guerra sobrenatural. Nessas descrições, o espaço da guerra de conquista se confunde com o espaço de peregrinação e, na mesma medida, a natureza não encontra significado edênico ou propriamente cristão. A magia e o animismo são os signos pelos quais a natureza se faz ler e traduzir nessa narrativa que, no decorrer dos anos de guerra e no espaço percorrido pelas armadas, parece cada vez mais significada realidade imediata, sensível e adversa.

A narrativa que constitui Sumário das Armadas, segundo entendemos, pôde fornecer muitos dos elementos e dos signos para a inteligibilidade da conquista e para a produção historiográfica clássica. Em tempos mais recentes, a conquista foi revisitada e as interpretações encontram ali novos atores da história e fortes significados para as guerras e para a história da Paraíba. Quanto ao que tal episódio significou para os homens daquele tempo e qual o papel da natureza nesse processo de produção de uma descrição da realidade, restam apenas traços de um grande quadro a ser pintado.

Notas

¹ DIAS, Margarida Maria do Santos. **Intrepida ab Origene**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e produção da história local. João Pessoa: Almeida, 1996.

² Op. Cit. p 42.

³ Ideia no centro do discurso do IHGP que é interceptada pela autora como lógica que marca profundamente a produção ligada a essa instituição.

⁴ **SUMÁRIO** das Armadas. *Iris*, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na Rev. do IHGB., v.36, pt.1, p 5-89, 1873. Sobre a importância deste documento para a conquista da Paraíba ver RODRIGUES, José Honório de: **História da História do Brasil**, historiografia colonial. São Paulo: Ed Nacional, 1979. P 448-451.

⁵ LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. Páginas da História da Paraíba. Revisão crítica sobre a identidade e localização dos primeiros engenhos de açúcar da Paraíba. [1ª ed., João Pessoa, 1999. p 12.

⁶ GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: política e economia na Capitania da Paraíba -1585 – 1630. Bauru: EDUSC, 2007.

⁷ GONÇALVES, Op. Cit. p29.

⁸ Sobre a evolução dos estudos sobre a autoria do *Sumário das Armadas* ver RODRIGUES, Op Cit. p 448-451.

⁹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

¹⁰ PORTO, Monteiro Maria Emilia: **O discurso do missionário: jesuítas e ocidentalização na Capitania do Rio Grande - 1597 – 1759**. Natal, Revista do IHGB.

¹¹ Ibidem

¹² LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola 2004.

¹³ Entre os pontos que deveriam ser considerados nessa nova Constituição estavam a vestimenta, os horários de oração e o tipo de alimentação dos missionários no Brasil. tal necessidade se fez a partir de uma observação das especificidades da natureza brasileira, sobretudo do clima.

¹⁴ HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

¹⁵ O pragmatismo do discurso de viajante foi contundentemente explicado por François Hartog em **O Espelho de Heródoto** e por Stephen Greenblatt, em **Possessões Maravilhosas**.

¹⁶ Trata-se de uma expulsão episódica na capitania da Paraíba e não da expulsão definitiva e de todo a colônia.

¹⁷ “Aquele Governador” é Tales Barreto, então governador da Bahia.

¹⁸ LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.p 47.

¹⁹ Trecho significativo da tensão vivida pela companhia na deliberação de Filipe II. In LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.p180.

²⁰ SUMÁRIO, p 62-63.

²¹ LINS, Op. Cit.

²² Trata-se de ratificar ou tornar precisa a informação incipiente de localização destes engenhos que foi feita por Frei Vicente de Salvador em **História do Brasil**.

²³ GONÇALVES, Op. Cit.

²⁴ Whitehead já havia proposto essa simplificação do termo “entidades” como “coisas” dispostas na natureza. Na impossibilidade de ser apreendida em sua totalidade, a natureza sensível se apresenta ao homem como o conjunto de entidades sensíveis ou eventos naturais.

²⁵ GONÇALVES, Op. Cit. P 38.

²⁶ LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*, Lisboa, Edições 70.

²⁷ Também Patrick Sale considera o estado de ansiedade, dúvida e medo desse imaginário europeu na Era dos Descobrimentos em SALE, Kirk Patrick. **A Conquista do Paraíso: Cristóvão Colombo e seu legado**, in: “o fim do mundo está próximo. Ed. Horge Zahar Editor. 1990.

²⁸ Sumário cap. 17.

²⁹ SUMÁRIO, p 59.

³⁰ SUMÁRIO, CAP XVII.

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger: **O mundo como representação**. Estudos Avançados, Rio de Janeiro, 1991.

DIAS, Margarida Maria do Santos. **Intrepida ab Origene: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e produção da história local**. João Pessoa: Almeida, 1996.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba -1585 – 1630**. Bauru: EDUSC, 2007.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

-
- LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**, Lisboa, Edições 70.
- LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola 2004.
- LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. **Páginas da História da Paraíba**. Revisão crítica sobre a identidade e localização dos primeiros engenhos de açúcar da Paraíba. [1ª ed., João Pessoa, 1999.
- PORTO, Monteiro Maria Emilia: **O discurso do missionário: jesuítas e ocidentalização na Capitania do Rio Grande - 1597 – 1759**. Natal, Revista do IHGB.
- RODRIGUES, José Honório de: **História da História do Brasil**, historiografia colonial. São Paulo: Ed Nacional, 1979.
- SALE, Kirk Patrick. **A Conquista do Paraíso: Cristóvão Colombo e seu legado**, in: “o fim do mundo está próximo. Ed. Horge Zahar Editor. 1990.
- SUMÁRIO** das Armadas.Iris, Jornal Literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849); e na Rev. do IHGB., v.36, pt.1, p 5-89, 1873.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- WHITEHEAD, Alfred North. **O Conceito da Natureza**. 1ªed., Trad. de Julio B. Fisher. São Paulo: Livraria Martins fontes Editora, 1993.